

IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E IDENTIDADE ÉTNICA
(NOTAS SOBRE A EMERGÊNCIA DA ETNICIDADE EM GRUPOS DE ORI-
GEM EUROPÉIA NO SUL DO BRASIL)

Giralda Seyferth

(Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Nesta comunicação será feita uma breve análise da identidade étnica¹ em três diferentes grupos de imigrantes europeus, que se estabeleceram no sul do Brasil desde meados do século XIX — italianos, alemães e poloneses. Apesar das diferenças óbvias entre estes grupos, o surgimento da “questão étnica”, para eles, se deu da mesma forma, numa situação “clássica” de minoria². Outros pontos de convergência podem ser relacionados, porém o fato mais importante é o de que compartilharam uma identidade comum e diferenciadora frente à população brasileira: eram todos *colonos estrangeiros*, com tudo o que tal categoria significou¹ em termos do governo brasileiro e da política de colonização.

Durante a segunda metade do século XIX, as províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e, posteriormente, do Paraná, promoveram a colonização de parte do seu território com imigrantes de origem européia. Se em São Paulo a imigração visava principalmente a obtenção de trabalhadores para as fazendas de café³, no sul, o sistema de colonização foi bastante diverso e tinha outras finalidades: o povoamento e o estabelecimento de pequenos agricultores que desenvolvessem a produção de alimentos básicos.

Os imigrantes europeus, especialmente os de origem alemã, foram localizados em áreas despovoadas, quase sempre vales de rios como o

Sinos, Jacuí e Taquari, no Rio Grande do Sul, e Itajaí, em Santa Catarina, numa faixa do território que ia do litoral até o planalto. Nas “áreas coloniais”⁴ adquiriram lotes de terras, cuja superfície variava entre 20 a 50 hectares, com a finalidade de cultivá-los num regime de policultura e trabalho familiar. A colonização italiana, embora iniciada mais tarde (após 1875), se processou da mesma maneira. Ambas tiveram um elemento comum: os imigrantes dessas nacionalidades constituíram colônias homogêneas, onde o elemento brasileiro era minoria ou simplesmente não existia. O mesmo pode ser dito dos poloneses, que chegaram em menor número que alemães e italianos, e foram instalados ou em núcleos homogêneos (como algumas colônias do Paraná) ou em colônias mistas, já ocupadas por outras etnias européias.

As chamadas “colônias” alemãs, italianas e polonesas ficaram isoladas por um período relativamente longo, formando, em muitos casos, núcleos coloniais etnicamente homogêneos, com uma introdução posterior de imigrantes de outras origens, mas sempre em número menor.

A situação jurídica desses imigrantes era assinalada pela categoria “colono estrangeiro”, como mencionei antes. Ou seja, estavam subordinados diretamente às autoridades da colônia, quase sempre um diretor e seus auxiliares administrativos, quer fossem colônias particulares ou governamentais. A cidadania podia ser obtida pela naturalização — a não ser os filhos de colonos nascidos no Brasil, que na concepção do *jus soli*, eram brasileiros. A naturalização, porém, por razões principalmente burocráticas, estava longe do alcance desses pequenos agricultores. Por outro lado, as “áreas de colonização” não tinham autonomia política e administrativa, só conseguida, em muitos casos, duas ou mais décadas após a implantação das colônias.

Um outro problema comum ainda pode ser levantado e tem muita importância para a questão étnica. As colônias “estrangeiras” tomaram para si a tarefa de construir suas escolas, hospitais, igrejas, contratar professores e médicos, providenciar padres e pastores da mesma origem dos colonos, seja por falta de recursos ou mesmo por descaso dos governos provinciais, que pouco se preocuparam com suas obrigações a esse nível. Em algumas colônias oficiais até o diretor era, muitas vezes, um estrangeiro. Essa situação de isolamento, mesmo no que diz respeito às obrigações mais elementares do Estado, perdurou até o final do século XIX, mais precisamente, até a implantação da República. O interesse pela imigração européia aumentou consideravelmente com a abolição e com a mudança do regime político. Mas, ao mesmo tempo, o governo, os intelectuais e os políticos alertavam para os perigos da colonização em núcleos homogêneos como os do sul do país. Há uma mudança na legislação imigratória (ou melhor, várias mudanças, pois as leis sobre

tal assunto foram muitas) e as colônias “estrangeiras” passaram a receber não só imigrantes de origens diversas mas também elementos nacionais. Procurava-se sanar os erros da colonização do período imperial, inclusive a questão da educação primária, deixada nas mãos dos próprios colonos.

Além da nova postura governamental, os núcleos coloniais mais antigos já haviam obtido sua independência administrativa, política e jurídica (isto é, transformaram-se em municípios e comarcas), e alguns deles se encontravam em rápido processo de urbanização e de desenvolvimento industrial. A consequência mais significativa do desenvolvimento econômico das antigas colônias, em termos étnicos, foi a quebra do isolamento. A oferta de mão-de-obra atraiu não só camponeses de origem européia, mas também um contingente razoável de brasileiros. É neste contexto urbano que têm lugar as relações interétnicas e emergem as etnicidades.

Nos três casos abordados nesta comunicação, as identidades étnicas, embasadas pelas idéias de “germanidade”, “italianidade” e “polonidade”, aparecem no confronto entre imigrantes (e seus descendentes) e a população dita luso-brasileira, num momento em que uma nova legislação imigratória entra em vigor, modificando a composição étnica das colônias, e em que o governo (uma entidade até então ausente ou distante) passa a interferir diretamente sobre as instituições comunitárias e a cultura étnica dos colonos.

Dois outros fatos devem ser retomados aqui. Em primeiro lugar, a emancipação política das colônias faz com que os “notáveis” das comunidades (geralmente intelectuais, jornalistas, além de comerciantes e industriais mais prósperos) ingressem na política inicialmente a nível das prefeituras, depois participando também das assembleias legislativas estaduais; alguns poucos representantes dos colonos chegam ao Congresso Nacional antes do final do século XIX. A participação no jogo político faz vir à tona a questão da cidadania, como mostrarei mais adiante. Em segundo lugar, a opção governamental pela colonização com elementos europeus é, em parte, consequência das preocupações com a composição da população brasileira e o desenvolvimento do país como nação (ocidental) branca, voltada para a Europa. A chamada “tese do branqueamento” — concebida dentro dos moldes de uma “democracia racial” — só tem sentido se for acompanhada de uma política imigratória que privilegie a imigração européia. Não pretendo fazer uma análise do “branqueamento” enquanto ideologia e aspiração de parte da elite republicana do início do século. Para os propósitos desta análise, basta assinalar que a meta a ser atingida — um Brasil com população predominantemente branca — implicava a miscigenação e a assimilação dos imigrantes europeus.

Mas, de fato, as reivindicações de cidadania e as afirmações de fidelidade à pátria brasileira, não incluíam tal possibilidade.

O aumento do fluxo imigratório (nos três casos assinalados, principalmente dos italianos) ocorre na mesma época em que estão sendo discutidas, no plano da ciência das raças, as teorias sobre o branqueamento. A constância da imigração também permite aos colonos manter um elo de ligação com a pátria de origem e uma renovação, ou melhor, reafirmação contínua dos valores étnicos.

Os fatos, então, são simples. De um lado, a etnicidade emerge em função do contato interétnico e recebe o reforço de novos imigrantes, muitos deles de origem urbana ou intelectuais que, em certos casos, assumiram posição de liderança nas comunidades, com papel relevante na divulgação e preservação da cultura étnica. Por outro lado, o governo brasileiro assume uma postura assimilacionista — se não ao nível da prática, mas pelo menos como ideologia — que entra em choque com os valores nacionais preservados pelos imigrantes e seus descendentes. Na verdade, esses ideais assimilacionistas do governo brasileiro só vão ser postos em prática na década de 1930, mais especificamente, sob o Estado Novo, na chamada “campanha de nacionalização”.

O que pretendo assinalar é que nesse contexto em que a elite brasileira discute o “branqueamento” e o futuro do Brasil como nação ocidental e branca, em que o fluxo de imigrantes aumenta progressivamente até o final dos anos vinte e o universo restrito das colônias se abre para o mundo luso-brasileiro, surgem as manifestações de ordem étnica, enfim se constituem as identidades étnicas, alimentadas por ideologias “nacionalistas” veiculadas através das publicações e instituições “comunitárias” mais diversas.

Realmente, é no final do século XIX que algumas instituições comunitárias aparecem como divulgadoras dos valores supostamente nacionais (ou de origem) dos imigrantes/colonos. A língua e a cultura — elementos importantes da sua identificação como “italianos”, “alemães” e “poloneses” — seriam “perpetuadas” através da escola, da igreja, do lar, com isso preservando uma identidade étnica e uma vinculação com o país de origem. Os jornais e outros tipos de publicação em língua italiana, alemã e polonesa também tiveram o seu papel, embora, em termos de intensidade, a imprensa teuto-brasileira fosse muito mais atuante e enfática na sua “defesa da germanidade”. E é apenas aqui que reside a diferença entre os três casos: na maior intensidade de um ou outro veículo na manutenção das respectivas etnicidades.

Tanto o ensino primário como o estabelecimento das igrejas ficou, inicialmente, por conta dos próprios colonos, quando muito recebendo algum auxílio financeiro da administração colonial, destinado ao pagamento de professores ou à manutenção dos sacerdotes. Estes últimos, aliás, costumavam desempenhar os dois papéis. Os professores ou eram eles próprios, os colonos, ou vinham da Europa contratados para esta finalidade — e ensinavam nas respectivas línguas de origem. Inicialmente eram escolas das comunidades, construídas e mantidas pelos colonos; portanto, tinham caráter de “escolas particulares”, embora sem fins lucrativos. No caso das escolas teuto-brasileiras, por exemplo, até os livros escolares eram enviados, com poucas exceções, da Alemanha. Ou, no mínimo, subvencionados por aquele país. As igrejas seguiram o mesmo caminho: no início, as comunidades construíam suas capelas e os padres vinham da Europa, quase sempre passando por cima das autoridades eclesiásticas brasileiras, fato que em certos momentos causou alguns conflitos⁵. As escolas particulares, num segundo momento, passaram a ficar vinculadas à igreja, tanto ao que se refere aos católicos como no caso dos protestantes alemães. A “função” étnica tanto das escolas como da igreja é socializar a criança na sua língua materna, e com isso dar a ela a marca diferenciadora mais importante; junto com a família somam esforços para assegurar o uso cotidiano da língua de origem, elemento fundamental da identidade étnica naquele momento. A posterior introdução da escola pública não mudou radicalmente o quadro. A manutenção da língua materna continuou sendo fundamental como elemento de identificação do grupo étnico e teve como efeito apenas a introdução do português como segunda língua dos colonos. A escola pública, na verdade, vai concorrer com as escolas particulares, que só desaparecem da vida comunitária com a nacionalização do ensino a partir de 1937. A expressividade da escola como mantenedora da etnicidade pode ser avaliada pela reação às medidas “nacionalizadoras” (que resultaram, na maioria dos casos, no fechamento puro e simples dos estabelecimentos de ensino). Principalmente no caso dos alemães e poloneses, durante algum tempo as escolas particulares continuaram ensinando no idioma de origem, clandestinamente. No caso das escolas teuto-brasileiras, a proibição do ensino em língua alemã foi considerada um profundo golpe e uma ameaça ao futuro da germanidade (*Deutschtum*).

A associação entre igreja e escola como suportes da “consciência étnica” foi forte nos três casos. A escola, seja “alemã”, “italiana” ou “polonesa”, tem como papel a transmissão da língua materna e da cultura de origem, enquanto que à igreja compete a transmissão da Fé — que também aparece como marca diferenciadora, ou de contraste, entre estas etnias e os brasileiros. Fé que é expressa na língua materna.

Thales de Azevedo, por exemplo, mostra que a religião católica funcionou como catalizadora da *italianità* na medida em que os colonos italianos confundiam a fé católica com a consciência nacional (Azevedo, 1982, p. 230). O papel do padre como veiculador da *italianità*, portanto, como “civilizador”, é importante uma vez que a religiosidade, tanto quanto a língua italiana, servem como base para a manutenção dos valores étnicos. Os padres, aliás, tinham um duplo papel: eram sacerdotes e também professores.

A associação entre fé e etnicidade é, talvez, mais forte no caso dos poloneses, como mostra o depoimento citado em Wachowicz (1981, p. 104): “Se o problema chegar tão longe que sob hipótese alguma não nos enviarem sacerdotes, seremos obrigados a formar o cisma, isto é, não para nos separar da igreja católica, mas somente para manter o povo na fé e não permitir que ele se desnacionalize”. Este depoimento se refere ao conflito entre a igreja brasileira e os padres poloneses, quando a primeira tentou impor padres brasileiros nas colônias. A reação da imprensa em língua polonesa de Curitiba foi grande e chegou a ser proposto um slogan que dizia: “Para o povo polonês um bispo polonês”. A fé, então, aparece como um critério para diferenciar o polonês enquanto grupo étnico (sendo significativo o uso do termo “povo polonês”) — a fé associada a uma língua e a uma cultura polonesa, resultado da “aliança ocorrida na Polônia, entre a religião e a polonidade” (Cf. Wachowicz, 1981, p. 95). A igreja teve papel preponderante na manutenção da “polonidade”, com o clero de origem polonesa incentivando a homogeneidade étnica das colônias e o uso cotidiano da língua polonesa. Embora o papel do padre nas colônias, constituídas por imigrantes poloneses no Brasil, tenha menos relevância do que nas aldeias da Polônia, sua atuação enquanto agente da polonidade não pode ser minimizada. No final do século XIX, o jornal *a Gazeta Polska*, de Curitiba, defende o direito dos poloneses de terem seus próprios padres, no momento em que o clero brasileiro procura interferir nas paróquias, tentando nacionalizar os padres, recrutando filhos de colonos para estudar em seminários brasileiros, com a função específica de substituir gradativamente os padres que vinham da Polônia. De qualquer maneira, o padre teve papel de liderança nas colônias, já que era visto como “líder natural e essencial” na preservação da língua polonesa e da polonidade vinculada à fé católica.

No caso dos imigrantes de origem alemã, também é estabelecida uma relação entre escola, igreja e língua alemã. Tanto o ensino como os ofícios religiosos eram realizados em língua alemã. A ligação entre os valores étnicos e religiosos é particularmente forte no caso da igreja evangélica (luterana), na qual a germanidade e o evangelho se unem para reafirmar a “índole alemã” da congregação. Manter a fé e a nacionalidade alemã também era o propósito da comunidade católica⁶.

Padres e pastores, assim, incentivaram a conservação da língua e a endogamia como forma de preservação da fé e religiosidade dos colonos. A religiosidade, nos três casos, foi transformada em símbolo de identificação que diferencia estes descendentes de imigrantes europeus dos brasileiros. No caso teuto-brasileiro, por exemplo, “a assimilação era considerada uma ameaça à devoção” como pode ser mostrado a partir de um depoimento como este: “Aqui... metade da população é de badenses... são camponeses e gostam de religião. Em Baden, na Alemanha, os camponeses eram muito religiosos e trouxeram isto para aqui. Os que mais sentiram falta de missa no começo eram os badenses; são gente muito fervorosa... já os brasileiros não são muito de religião... É religioso quem vai à missa e não ao botequim”.

A língua materna e a religiosidade servem para assinalar o limite entre estes grupos de imigrantes e a população brasileira. As identidades contrastivas (Cf. Oliveira, 1976 Cap. 1) são marcadas por estes dois componentes — fé e língua materna — que têm função importante na preservação da cultura dos grupos aqui focalizados. Mas se à escola e à igreja são atribuídos papéis relevantes no sentido da manutenção e preservação da etnicidade, outras instituições comunitárias também foram importantes para a organização desses grupos étnicos no Brasil. É o caso das associações recreativas, culturais, beneficentes, etc., que foram sendo constituídas nas colônias e, ao lado dos seus objetivos sociais mais óbvios (lazer, assistência mútua, etc.) tinham como tarefa principal a atualização da identidade étnica. Entre os descendentes de italianos foram comuns as associações religiosas, de auxílio mútuo e profissional. Os estatutos dessas sociedades as consagram “como órgãos catalizadores da solidariedade entre os colonos e de sustentação da *italianità*” (Azevedo, 1982, p. 234). Os sócios e diretores sempre são italianos ou seus descendentes. A ligação com a terra natal, assinala Azevedo, é reforçada porque estas associações celebram as datas nacionais italianas, promovem movimentos de apoio financeiro com finalidades patrióticas, exaltam os heróis nacionais italianos, etc., como coisas relevantes da italianidade.

Entre os poloneses foram importante as sociedades recreativas interligadas com a escola, as sociedades de atiradores e de agricultora. Sofreram bastante a interferência dos padres, que monopolizavam a polonidade em torno da fé católica, mas com o tempo as associações culturais, esportivas e profissionais se libertaram da tutela da igreja e, como leigas, tiveram seu papel no sentido de dar coesão ao grupo étnico a partir dos seus interesses mais imediatos. Wachowicz (1981) assinala que a diminuição da autoridade dos padres e a criação das associações corresponde ao processo de reinstalação do Estado Polonês. Ao que parece, a emergência da Polônia como país independente tem importância cru-

cial em termos da identidade étnica do polonês no Brasil, embora no momento não possua dados suficientes para confirmar isso.

Mas é entre os colonos de origem alemã que a condição étnica é mais marcada pelas associações: a germanidade (*Detschtum*) expressada através da atuação das sociedades de tiro, ginástica, canto, culturais (que incluíam grupos de teatro, pequenas bandas e orquestras, etc) e agrícolas. O objetivo expresso nas publicações escritas dessas associações era transmitir à população de origem alemã, a cultura, a língua e o espírito esportivo e associativo dos alemães. As sociedades de caça e tiro (*Schutzvereine*) são exemplares em termos do seu papel “germanizador”. Foram e ainda são numerosas nas áreas colonizadas por alemães. Da mesma forma, destacaram-se as *Gesangvereine*, com o objetivo de divulgar o *Lied* e assim manter a população em contato com a “forma maior da arte na prática da ginástica, com o objetivo de manter “a força alemã”. A ati-alemã, o canto”, e as *Turnvereine*, sociedades esportivas fundamentadas vidade era considerada própria da (*Volks*) *Gemeinschaft*, isto é, da comunidade étnica, e estimulava a afirmação de valores culturais e sociais próprias da “*Kultur*” alemã e da Alemanha enquanto “pátria de origem”⁷.

No entanto, a maior relevância em termos da elaboração de uma ideologia étnica, principalmente no caso dos teuto-brasileiros, coube à imprensa e ao conjunto de publicações em língua alemã no Brasil. Incluem-se aí jornais (quase sempre semanários), compêndios escolares editados pela *Deutsche Schulverein*, almanaques os mais diversos (desde os editados pela igreja até os particulares), folhetos e outras publicações comemorativas de festividades das associações, igrejas, escolas, além de romances e poesias, livros de memórias e outros escritos que, no conjunto, formavam uma “literatura teuto-brasileira” (Seyferth, 1982, Cap. 2 e 3). Todas essas publicações, em maior ou menor grau, se posicionaram, ideologicamente, como porta-vozes da germanidade.

Embora a imprensa em língua italiana e polonesa não tivesse alcançado a mesma expressividade da teuto-brasileira, foi igualmente importante como divulgadora da ideologia étnica. Isto aponta para a importância dos jornalistas, editores de almanaques e outras publicações como “empresários étnicos” (Cf. Aronson, 1976) quase sempre com papel de destaque nas comunidades, inclusive no plano político. O período em que esta imprensa mais atuou ia do final do século XIX até o início da segunda guerra mundial, quando o governo brasileiro proibiu as publicações em língua estrangeira editadas no país. A extinção da imprensa coincidiu com a proibição do ensino em língua estrangeira, isto é, com o fechamento das escolas particulares que possuíam esta característica.

O desempenho das escolas comunitárias, da imprensa, da igreja e das associações está ligado à preservação do grupo étnico. A identidade étni-

ca foi formalizada a partir de critérios positivos de pertencimento a um grupo étnico, marcada, pois, pela etnicidade. A “língua materna”, a “cultura de origem”, a “nacionalidade” concebida pelo direito de sangue, a filiação a instituições comunitárias, a “fé” e a “religiosidade”, são os símbolos de identificação manipulados para assinalar as diferenças entre imigrantes de várias procedências e a população luso-brasileira. Outros critérios podem ser usados quando estão em jogo as diferenças entre vários grupos de imigrantes, e não apenas a cristalização do contraste com os brasileiros⁸. Ideologias de superioridade racial são também acionadas como meio de diferenciação, em particular no caso dos teuto-brasileiros, tanto no confronto com brasileiros como com outros grupos de origem européia.

Um fato que chama a atenção nos três casos: a elaboração das identidades étnicas é marcada, de forma quase absoluta, por valores nacionais, quando as identidades regionais são fortes na Alemanha e na Itália, e a Polônia não existia como entidade política no período em que houve a imigração de poloneses para o Brasil⁹. Os autores que tratam da imigração alemã e italiana fazem referências às identidades contrastivas baseadas no regionalismo, principalmente ao uso de dialetos e às rivalidades entre italianos do norte e do sul, entre os que habitavam as áreas dominadas pela Áustria e os demais italianos; entre badenses, pomeranianos, alsacianos, saxões, etc. No entanto, as diferenças regionais praticamente desapareceram no contexto em que todos passam à condição de colonos estrangeiros no Brasil, mesmo que certos dialetos e costumes regionais possam ter prevalecido em um ou outro núcleo colonial. Na verdade, o regionalismo perde sua importância como critério de definição dos grupos étnicos, na medida em que as identidades foram construídas em oposição aos brasileiros, numa situação de mudança social marcada pela urbanização e industrialização das antigas colônias. Na Brasil não existem vênetsos, trentinos, lombardos, sicilianos, alsacianos, austríacos, badenses — mas apenas italianos e alemães.

A afirmação da etnicidade também ocorre num outro plano: o da reivindicação da cidadania. Apesar do *ethos* italiano, alemão e polonês marcar as identidades, todos se assumem também como brasileiros. Isto é, assumem uma dupla identificação como cidadãos brasileiros de pleno direito e ao mesmo tempo diferentes dos outros brasileiros por terem um *ethos* específico. Não se trata apenas de uma diferenciação étnica com base em traços como língua e cultura comuns; as identidades são marcadas pelo comportamento do indivíduo dentro e fora do grupo étnico, um comportamento determinado por sua herança nacional.

A idéia de um *ethos* próprio a cada etnia faz com que outros critérios de identificação sejam acionados, sempre tendo como paradigma o “brasileiro” (que, dependendo das circunstâncias pode ser negro, luso, índio

ou simplesmente caboclo). Um exemplo bastante significativo é a condenação dos casamentos com brasileiros. A justificativa para a endogamia quase sempre tem como fundamento a má fama dos brasileiros como trabalhadores. Possivelmente esta concepção está ligada a um *ethos* camponês que valoriza o trabalho da família como um todo, o que é tomado como modelo de uma concepção étnica do trabalho. A dedicação ao trabalho seria decorrente da germanidade, da italianidade, da polonidade. Para os italianos, por exemplo, a *italianità* se caracteriza pela preservação da tradição, mas também pelo espírito de empreendimento e poupança, pelo trabalho duro (Cf. Azevedo, 1982, p. 268-70). Da mesma forma, a germanidade é ao mesmo tempo causa e consequência da capacidade de trabalho e eficiência dos alemães, traduzidos pelo termo *Tuchtigkeit* (Cf. Seyferth, 1982, pp. 17-26). Entre os poloneses também existe uma valorização do trabalho, principalmente a sua condição como produtores de alimentos — “aqueles que transformaram as massas do Paraná em campos cultivados”.

A representação da etnicidade com base num *ethos* do trabalho permite entender melhor a questão da cidadania e a forma como a categoria “colono” marca a identidade étnica, mesmo num contexto urbano. O que está em jogo aqui é o colono concebido como pioneiro e civilizador — aquele que transformou as florestas do sul do Brasil em “ilhas” de civilização. Colonos que querem ser cidadãos: como imigrantes, entraram no Brasil para ficar. Ou, como dizem os descendentes dos alemães, “construir uma nova pátria”. Camponeses ou não, aqueles que entraram nas colônias adquiriram seu lote de terras e se tornaram colonos. Antes da urbanização e do desenvolvimento econômico todos eram agricultores, com poucas exceções (professores, padres, alguns artesãos, administradores e vendeiros). A idéia do pioneirismo emerge na ideologia étnica tendo como modelo um dos mitos da história do Brasil — o bandeirante paulista. Muitos dos descendentes de alemães, italianos e poloneses classificam seus avós como “os bandeirantes do sul”, aqueles colonos que, com seu trabalho e sem auxílio, implantaram uma civilização onde só havia barbárie. Esse tipo de avaliação aparece não só em entrevistas por mim realizadas no Vale do Itajaí, uma área que recebeu imigrantes das três origens citadas, como também pode ser encontrada nos jornais e outras publicações que circulavam nas colônias antes dos anos quarenta.

Ao brasileiro (caboclo) “preguiçoso” se opõe o colono “trabalhador”, possuidor de uma disciplina e de uma capacidade própria da sua etnia. Portanto, a capacidade de trabalho dos colonos é dada por sua herança étnica. Um italiano, por exemplo, pode ser identificado por sua língua materna, como por sua dedicação ao trabalho, ou por nada desperdiçar. Trabalho, traduzido aqui pelo trabalho familiar camponês, ou seja, aquele realizado por toda a família na sua propriedade colonial. Alguns dos

estereótipos mais comuns sobre o brasileiro tem como base essa questão do trabalho. A mulher brasileira quase sempre é vista como alguém que não trabalha, que não cumpre bem sequer suas obrigações como dona de casa. Numa sociedade camponesa, onde o trabalho familiar é essencial à sobrevivência, é inconcebível uma mulher que não participa das atividades agrícolas. O estereótipo afirma que mulher brasileira não trabalha na terra. É o quanto basta. A força deste estereótipo, por exemplo, diminui o número de casamentos interétnicos, especialmente de homens de origem alemã e italiana com mulheres brasileiras. Outro estereótipo comum é o do brasileiro preguiçoso, cachaceiro e ocioso. Por trás das afirmações estereotipadas sobre os brasileiros está a idealização dos colonos como aqueles que trouxeram o progresso e a civilização; um progresso que vai ser compartilhado com *outros* — os brasileiros.

A questão da cidadania aparece no mesmo momento em que as identidades étnicas são acionadas e reivindicadas: quando o “progresso” (tal como é definido neste contexto) força as colônias a se integrarem ao quadro político-econômico da sociedade mais ampla.

A cidadania, em primeiro lugar, dá status político ao colono — ele passa a ser eleitor. Mas este não é o aspecto mais importante na ótica da identidade: além de eleitor ele é principalmente brasileiro. Tal identidade lhe confere direitos e deveres, todos definidos a nível do Estado. São comuns, por exemplo, depoimentos que falam da “fidelidade à pátria brasileira”, de “trabalhar para o crescimento do país”, enfim, uma cidadania que implica na lealdade política ao Estado brasileiro, em promover uma colonização “eficiente” que venha contribuir para o progresso econômico do país, mas não uma renúncia aos valores étnicos. São cidadãos brasileiros que não querem deixar de ser italianos, poloneses ou alemães. Numa ideologia em que a nação está acima do estado e, muitas vezes, as duas entidades sequer coincidem, é fácil conceber uma cidadania separada da nacionalidade; nacionalidade aqui como expressão étnica. Tal concepção de cidadania foi o ponto crítico em termos da situação de contato: nos momentos de crise, especialmente durante a campanha de nacionalização (1937-45), ela foi usada para justificar a identidade “estrangeiro” atribuída aos colonos, julgados pessoas “sem apego ao seu país”. A situação de minoria se configurou no início da colonização e, depois, se agravou durante a campanha de nacionalização quando, apesar da sua condição de cidadãos brasileiros, sua lealdade foi posta em cheque por não renunciarem à sua identidade étnica.

A etnicidade e a cidadania se conjugam, nos três casos estudados, numa representação dupla da identidade onde à pertinência a um grupo étnico se acrescenta a condição de cidadão definida num plano político/econômico. Assim, também no final do século XIX se reivindica, através

dos jornais e outras formas de propaganda, o direito à participação política, quer dizer, o direito dos colonos terem representantes eleitos para cargos políticos. A condição de brasileiros é acionada neste nível e as barreiras à ascensão política de representantes das colônias não foi suficiente para deter o movimento. Mas as dificuldades existiram. Por exemplo: os jornais em língua polonesa de Curitiba denunciavam o “monopólio político” exclusivo dos luso-brasileiros (Cf. Wachowicz, 1981, p. 130) e, em Santa Catarina, apesar da carreira política de alguns teuto-brasileiros ter sido bem sucedida, os cidadãos de origem alemã eram sempre suspeitos de filiações ao pangermanismo e, mais tarde, ao nazismo. A natureza da identidade étnica teuto-brasileira — por exemplo, a maneira como concebia o nacionalismo alemão, que quase se confundia com a etnicidade — inconcebível para a elite luso-brasileira, a transformou em modelo do “perigo” alemão”. O que ocorreu, concretamente, foi um movimento de reivindicação da cidadania, caracterizado pela necessidade de uma participação política mais forte, onde os representantes dos colonos fossem “da mesma origem” e pudessem atuar mais efetivamente na defesa dos interesses dos seus representados. Esse tipo de retórica, onde se joga com a possibilidade de transformar os colonos em grupos de interesses com finalidades políticas e econômicas, surgiu simultaneamente com a discussão sobre a etnicidade. A reivindicação da representatividade política, que surge com o propósito de “defender os interesses do grupo (étnico)”, teve como contrapartida por parte da população brasileira acusações de traição, de desinteresse pelo país, enfim, os colonos vistos como estrangeiros sem apego à pátria.

Nesse confronto, a cidadania, nos três casos abordados, é definida em função do “pioneirismo”, do trabalho e da participação política, ou seja, o cidadão tem como dever trabalhar e produzir para o bem estar do Brasil; mas seu papel na sociedade brasileira será desempenhado sem renúncia da condição étnica. O fato de terem colonizado parte do sul do Brasil como pioneiros, lhes confere o direito de cidadãos iguais aos demais brasileiros. Uma cidadania que só poderá ser integralmente conquistada na medida em que os interesses das comunidades italianas, polonesas e alemãs forem defendidos, na esfera política, por representantes da mesma origem étnica. A retórica dessa definição de cidadania vai se repetir na década de 1930, durante a nacionalização, e alguns dos seus aspectos são retomados hoje, sempre que distinções étnicas são acionadas.

As identidades étnicas são definidas, hoje, sobretudo pelo *ethos* do trabalho (aí incluído também o “pioneirismo”) e pela idéia de origem comum. Durante a campanha de nacionalização foram fechadas as escolas, associações, jornais e gráficas, praticamente todas as instituições comunitárias com alguma característica étnica. As línguas italiana e polonesa e, principalmente, a alemã (por razões óbvias) foram proibidas em

público. As instituições que reabriram após a guerra não puderam conservar sua identificação com o grupo étnico. A assimilação à força, tentada então, não teve os efeitos desejados. A maioria das colônias já não constituíam comunidades fechadas e a língua portuguesa vinha sendo utilizada com freqüência nas cidades. A extinção das instituições da comunidade teve como consequência apenas a atualização das identidades étnicas sob novas formas. O uso cotidiano das línguas alemã, italiana e polonesa foi, em parte, substituído pelo uso “familiar”, isto é, pela utilização da língua materna no lar. E este “uso” transforma a língua em elemento de identificação étnica. Os idiomas de origem, bastante modificados pelo uso de palavras e expressões portuguesas e regionais, ainda são de uso cotidiano da população rural das antigas áreas coloniais, e de muitos habitantes das cidades. A “cultura étnica”, dentro das concepções locais tem como último reduto a esfera familiar, mas ainda é considerada um elemento de identificação importante. A obra da colonização — o “trabalho pioneiro e civilizador” do colono — é a marca diferenciadora mais freqüentemente usada para afirmar as identidades étnicas. Isto é, o apego ao trabalho, a “capacidade” colonizadora do imigrante, o trabalho (qualquer que seja) como enobecedor, o espírito de empreendimento, etc., são consideradas características étnicas que contrastam os descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses dos brasileiros. Brasileiros esses definidos, por oposição, como avessos ao trabalho.

Assim, apesar da sua condição de grupos minoritários¹⁰, que se manteve pelo menos até o final da campanha de nacionalização, as identidades étnicas alemã, italiana e polonesa foram elaboradas dentro de uma perspectiva de superioridade étnica. Alguns elementos comuns de identificação puderam ser observados nos três casos: no início, a língua materna, a idéia de possuírem uma cultura comum, e a fé, marcaram a diferença entre eles e os brasileiros. Os veículos de divulgação da ideologia étnica foram também semelhantes: as associações, a escola, a imprensa. A incorporação da cidadania brasileira, a transformação econômica, social e política das colônias e sua integração à sociedade mais ampla, de certo modo até a campanha de nacionalização, ao fechar as instituições de caráter étnico, não suprimiram as etnicidades. Os modos de identificação foram mudados, atualizados, e a etnicidade, hoje, é expressada principalmente através de uma concepção peculiar de *ethos* do trabalho.

NOTAS

(1) — A identidade étnica aqui é considerada como expressão da etnicidade, isto é, será vista tal como se manifesta através de ideologias baseadas na afirmação do próprio grupo (étnico). Nesta perspectiva, a etnicidade será abordada como um fenômeno de identidade étnica (embora possua outras dimensões) no sentido em que define limites grupais. Cf. Epstein, 1978, Cap. I.

(2) — Para o conceito de minoria, ver Banton, 1977, cap. 8. Este autor critica modelos mais tradicionais de definição, como o de Louis Wirth, elaborando um conceito de minoria a partir da idéia de “limite” e tendo como base o fato de que, nas situações intergrupais, as minorias são definidas em dois sentidos: por si mesmas (limites inclusivos) e pela maioria (limites exclusivos).

(3) — O objetivo dos fazendeiros de café ao incentivar a imigração para o Estado de São Paulo era substituir os escravos por trabalhadores livres. Queriam o imigrante como mão de obra e, no plano da política imigratória, condenavam a concessão de terras a colonos estrangeiros. O sistema de parceria inicialmente empregado, utilizando imigrantes alemães e suíços, não deu certo e foi bastante criticado na Europa. Mesmo assim, após 1870, inúmeros imigrantes, principalmente italianos, entraram em São Paulo como trabalhadores rurais.

(4) — Foram dois os tipos de colônias fundadas no sul do Brasil: as particulares, geralmente administradas por companhias de colonização; e as oficiais, sob responsabilidade dos governos estaduais. As diferenças entre ambas eram muito pequenas e não interferiram no processo de fixação dos colonos, que se deu praticamente da mesma forma.

(5) — Sobre os conflitos dos padres poloneses com as autoridades eclesiásticas de Curitiba, ver Wachowicz, 1981, Capítulo VI.

(6) — O papel da religiosidade como elemento de identificação étnica dos alemães é analisado em Seyferth, 1982, pp. 142-147.

(7) — As três associações referidas — *Schutzenverein*, *Gesangverein* e *Turnverein* — eram definidas mais por seu papel “germanizador” do que por suas atividades recreativas. Ver Seyferth, 1982, pp. 149-154.

(8) — As identidades contrastivas entre os diversos grupos de imigrantes não figuram como tema deste trabalho. A etnicidade surgiu de forma semelhante, mas isto não significa que as três etnias se consideram iguais. Existem preconceitos dos italianos com relação a poloneses e alemães, e vice-versa. As identidades contrastivas dos três grupos são marcadas por estereótipos os mais diversos, mesmo porque, eles convivem na maioria das áreas coloniais. De modo geral, o grupo mais desfavoravelmente definido é o polonês (identificado como “polaco”). Mas, em qualquer caso, nas hierarquizações de ordem étnica os brasileiros sempre figuram em posição de inferioridade.

(9) — Os poloneses figuram nas estatísticas sobre a imigração no Brasil em número muito reduzido. Isto porque a Polônia não existia como Estado independente na época da emigração, e os poloneses, em grande maioria, entraram no Brasil como cidadãos russos.

(10) — Aqui podemos remeter mais uma vez à definição de minoria de Banton (1977, cap. 8): a identidade étnica nos três grupos é marcada por elementos positivos de identificação e pela utilização de limites inclusivos (isto é, que afirmam a pertinência dos membros a seu grupo étnico). A população brasileira, especialmente a elite, entretanto, assumiu, em várias ocasiões, a condição de maioria, utilizando classificações estereotipadas sobre os colonos, no sentido de desqualificá-los socialmente, ou para justificar para eles uma posição subordinada. O exemplo mais marcante dessa situação é o dos poloneses em Curitiba, identificados como polacos pelos “outros” e definidos como “os negros do Paraná”. (Ver Ianni, 1960. p. 315-337.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Thales de — *Italianos e gaúchos*. Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. 2a. ed., Rio de Janeiro, Ed. Cátedra; Brasília, MEC/Pró Memória, 1982.

- EPSTEIN, A. L. — *Ethos and identity*. Three studies in ethnicity. Londres, Tavistock Publications, 1978.
- IANNI, O. — “Do polonês ao polaco”, in: *Revista do Museu Paulista*, N. S., vol. XII, 1960, pp. 315-338.
- OLIVEIRA, R. Cardoso de — *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Ed. Pioneira, 1976.
- SEYFERTH, G. — *Nacionalismo e identidade étnica*. A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- SEYFERTH, G. — “A Representação do ‘Trabalho’ Alemão na Ideologia Étnica Teuto-Brasileira”, in: *Boletim do Museu Nacional*, N. S. Antropologia, nº 37, outubro de 1982.
- WACHOWICZ, R. C. — *O camponês polonês no Brasil*. Curitiba, Fundação Cultural, Casa Romário Martins, 1981.